ARTUR DE SOUZA COSTA

MINISTRO DA FAZENDA

DISCURSO

proferido no banquete do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 7 de Junho de 1944.

JORNAL DO COMMERCIO - Rodrigues & C. - Av. Rio Branco, 117 - Rio de Janeiro - 1944

Meus Senhores:

Um dos mais brilhantes tratadistas, em língua francesa, de questões financeiras, o Professor Gaston Jèze, ao dissertar sôbre as funções de um Ministro da Fazenda diz que êle precisa ter uma grande vontade e um grande método. Uma grande vontade e não apenas boa vontade — esta sòmente não bastaria; precisa êle de quebrar resistências, vencer obstáculos, dominar oposições que não cansam de renovar-se. Energia, tenacidade, perseverança são as formas da vontade, condição essencial de uma boa gestão financeira. Precisa êle fazer face às despesas por meio de impostos, lançando-os sôbre o povo, a fim de conservar o equilíbrio do orçamento, sem o qual não é possível progresso nenhum — econômico, social ou político.

Quando se cogita de uma despesa pública é indispensável ter sempre presente que tôda e

qualquer despesa exige fatalmente um tributo e os tributos não podem exceder uma determinada percentagem sôbre a renda nacional.

Decorre dessa circunstância a necessidade de restringir as despesas ao indispensável, prevenindo o desperdício que é o caminho certo da ruina e do cáos.

Cada um dos setores da administração pública costuma, no entanto, como conseqüência do próprio zêlo dos que o dirigem, ver o interêsse do País através do objetivo específico dêsse setor.

A defesa do País, os serviços públicos de transportes, a agricultura, a educação, cada um dêles reclama prioridade na satisfação de suas necessidades como sendo precipuamente indispensáveis ao progresso e reclama constantemente novas despesas.

O Ministro da Fazenda, convencido de que do equilíbrio orçamentário depende o progresso econômico e social do País, está sempre, de certo modo, em ponto de vista oposto aos demais.

E se em tempo de paz é árdua a tarefa do Ministro da Fazenda, mais ainda o é em tempo

de guerra, quando as necessidades públicas adquirem uma fôrça de império, difícil de contestar e de combater. Tem o Ministro da Fazenda, em tal contingência, de usar de tôdas as suas qualidades para obter os recursos reclamados para as despesas de guerra e precisa fazê-lo com o mínimo de ofensa aos princípios gerais da ciência financeira.

Fácil é compreender que, com tal missão a cumprir, a figura do Ministro da Fazenda não seja alvo de simpatia, pois as qualidades que o precisam caracterizar não são de molde a despertar os sucessos da popularidade.

Por isso o homem que exerce tais funções torna-se infinitamente sensível às manifestações de solidariedade que lhe fazem e que constituem para êle um poderoso estímulo.

Podeis, assim, avaliar a minha emoção nêste momento ao ver reunidos nesta assembléia de tão expressiva grandiosidade os mais altos valores de nosso País, pela inteligência e pela ação, as classes conservadoras pelos seus mais altos expoentes, num movimento espontâneo de apôio e de solidariedade à política financeiro-eco-

nômica do Govêrno. Esta solenidade ficará, em minha vida pública, marcada como um dos momentos mais felizes, assim como na vida da República ela documenta o prestígio da ação do Govêrno na opinião do País.

Para corresponder à magnificência desta solenidade só vejo um meio: falar-vos sôbre o Brasil, falar-vos do que nêle se realiza. É o assunto do vosso maior interêsse porque é o interêsse da Pátria.

Esta homenagem que prestais ao Govêrno da República na pessoa do seu Ministro da Fazenda é prestigiosa desde a sua origem.

O banqueiro, cuja ação se liga a tôdas as demais atividades da produção através da circulação dos valores e do mecanismo do crédito, é o mais autorizado elemento da sociedade conservadora para julgar da política financeiro-econômica do Govêrno. Êle sente-lhe os efeitos de forma quase instantânea, embora nem sempre comunique as suas impressões, eis que por temperamento profissional é prudente nas manifestações de sua opinião. A virtude da prudência é fundamental aos que têm a responsabilidade

da distribuição do crédito. Crédito vem do latim **creditum,** de **credere**: confiar, crer; a confiança é a sua base.

Os bancos, em geral, notadamente os de depósitos e descontos, aquêles que descontam títulos e mantêm empréstimos em conta-corrente, desempenham papel importantíssimo no meio circulante. De simples instituições particulares, depositárias de haveres que lhes são confiados, os bancos ao concederem crédito se transformam em entidades de caráter público — ampliam ou restringem os meios de pagamento, exercendo caracteristicamente uma função estatal.

Van Zeeland, quando primeiro ministro, em 1935, enviou ao Rei da Bélgica um relatório sôbre a organização bancária onde diz o seguinte:

> "L'octroi du crédit lui-même reste toujours dependant d'un examen fait ou d'une décision prise par le banquier intéressé, seul responsable sur ses capitaux propres vis-à-vis des tiers, conformément an droit commun, de ses erreurs de jugement ou des fautes de ses clients.

Quant à la politique du crédit dans son ensemble, en tant qu'il s'agisse du mouvement des capitaux ou de l'action générale à exercer sur les taux, c'est un organisme **ad-hoc** qui y veillera; cet organisme agira au nom et pour compte de la puissance publique..."

e mais adiante:

"Les banques de dépôts ont cessé d'être des institutions d'ont le rôle se limite à des rapports privés entre le banquier et ses déposants, d'une part, le banquier et ses clients débiteurs, d'autre part.

....

En réalité, la nécessité de soumettre la gestion des banques, à certaines règles et d'organiser un contrôle adéquat n'est pas sérieusement contestée. (1)

Essa necessidade da supervisão do Govêrno em virtude do papel que os bancos exercem na

(1) — Van Zeeland — Relatório de 1935.

aceleração ou redução das atividades econômicas do País é efetivamente incontestável.

Numa coleção de estudos sôbre bancos, publicada pelo Conselho do Sistema Federal de Reservas, há considerações muito acertadas a êsse respeito.

Os bancos — diz essa publicação — constituem a principal fonte do crédito comercial e dos meios de pagamento. A capacidade dos bancos de atenderem às necessidades de crédito tem uma grande e direta influência em todos os tipos de negócios e empreendimentos e no desenvolvimento e prosperidade do País.

A falência de um banco tem efeitos muito mais amplos do que os relacionados com os haveres dos depositantes e, frequentemente, as conseqüências perturbadoras vão além dos limites territoriais onde o estabelecimento opera. Os negócios bancários são, portanto, encarados pelo Govêrno, pelo público e pelos próprios banqueiros como passíveis de supervisão governamental. (2)

---

(2) — Banking Studies, by members of the Staff Board of Governors of the Federal Reserve System, pág. 190.

É claro que uma legislação bancária serve apenas como orientação e norma geral. O banqueiro, como todo homem público, deve compenetrar-se de suas responsabilidades e do valor de sua iniciativa. É justo o aforisma de Withers de que um bom sistema bancário é o efeito não de bôas leis, mas de bons banqueiros. (3)

Nos países, porém, onde o número de bancos cresce ràpidamente e onde é relativamente nova a tradição bancária, impõe-se uma legislação disciplinadora do crédito e tanto assim que a ela se acaba de referir o vosso ilustre intérprete. Posso declarar-vos que essa legislação constitui, neste instante, preocupação do Govêrno, que deseja fazê-la pela mesma forma por que em todos os assuntos tem procedido — como resultado de estudos minuciosos e profundos e com a audiência prévia da vossa própria classe, a fim de que tal legislação efetivamente exprima a realidade da situação e não seja apenas um trabalho de improvisação, ou adaptação da de outros países, sem resultados práticos na realidade brasileira.

---

(3) — Hartley Withers — The meaning of money — 1919 — pág. 79.

O restabelecimento da Caixa de Mobilização Bancária era o primeiro passo indispensável para uma série de medidas fiscalizadoras que estão sendo tomadas e produzirão o efeito que desejamos: restringir as aplicações de crédito de modo que no post-guerra tenhamos reservas suficientes para fazer face ao restabelecimento no País da sua organização industrial, dos seus meios de transporte, da sua capacidade de produção.

A lei bancária será a medida a seguir, quando concluídos os estudos e observações indispensáveis. E a criação do Banco Central será o fêcho da nossa organização bancária, permitindo uma disciplina eficiente do crédito, com resultados efetivos incontestáveis já experimentados em outros países e que agora, dadas as reservas-ouro de que dispomos, poderemos adotar com tranquilidade, com segurança e com firmeza.

A constituição de reservas para investimentos futuros nós a consideramos ponto fundamental e não cessamos por isso de nêle insistir.

Os primeiros elementos no estudo da economia destinam-se a fixar nossas idéias sôbre

quantidades e valores, de forma a bem precisar que **a riqueza está na abundância das cousas** e não no .valor monetário das cousas escassas.

Do fundamento dessa distinção alguns inferem a existência de dois grupos — o dos banqueiros que pensam em têrmos de valor — os homens das finanças; o dos produtores que pensam em têrmos de quantidade — os homens da economia.

Temos que essa conclusão decorre de errônea interpretação daqueles elementos básicos.

Pensar em valor, ou melhor, em têrmos pecuniários, tanto o pode fazer um produtor como um banqueiro. E se bem pesarmos as opiniões, provàvelmente verificaremos que entre os banqueiros estão aquêles que mais receiam a alta geral dos preços e que, portanto, mais pensam em têrmos de quantidade.

Os que influem no meio circulante devem saber, pelos ensinamentos da Economia, que a moéda é instrumento de troca e não fator de produção. Quando há fatores de produção disponíveis e os meios de pagamento se acumulam improdutivamente, provocàr-lhes a circulação

implica acelerar o movimento daqueles fatores, obtendo-se maior quantidade de produtos e serviços.

Quando, porém, os fatores de produção tornam-se escassos, a aceleração do meio circulante só pode provocar desajustamentos na Economia.

São as economias, **representativas de fatores de produção,** que dão margem ao aumento da quantidade de mercadorias e serviços. É por isso que louvamos as reservas que estamos acumulando no estrangeiro, porque elas representam a possibilidade de aquisição de fatores de produção para as nossas indústrias e transportes.

Até recentemente, não obstante algumas oportunidades favoráveis que surgiam, não nos era possível formar saldos no exterior para intensificar as nossas compras. Daí a falta de aparelhamento que tanto lamentamos. Na época atual tornou-se forçada essa formação de saldos e graças a acôrdo que fizemos com os nossos credores poderemos dispor de tais recursos para aumentar a aquisição de máquinas, locomotivas, navios e vagões e todos os meios enfim de pro-

dução de que carecemos. São, portanto, reservas monetárias que correspondem a um ativo caracteristicamente econômico.

A manutenção de saldos no estrangeiro impõe, entretanto, uma política de restrições, pois êsses saldos representam a aquisição de mercadorias no futuro.

Se as compras devem ser realizadas **no futuro** e não **no presente,** as importâncias em cruzeiros correspondentes a êsses saldos e que foram entregues aos nossos exportadores em troca de suas cambiais precisam ser guardadas; devem ser congeladas pelo menos em parte. É o objetivo da legislação sôbre lucros extraordinários. Do contrário, tal massa de dinheiro posta em circulação tem de exercer pressão sôbre o preço dos produtos existentes no País. Êstes produtos não aumentam em quantidade proporcional aos meios de pagamento.

Já disse, em meu discurso de São Paulo, que a falta de aparelhamento, de combustíveis e de braços — agravada com as convocações militares e empreendimentos do Govêrno — torna fàcilmente compreensível a escassez de fatores de produção.

O que se presencia é o acréscimo da quantidade de cousas em alguns setores em detrimento de outros.

Há deslocamento e não pròpriamente um aumento geral de quantidades. Sòmente o desvio de braços para as obras que se realizam no Vale do Rio Doce, Volta Redonda e Fábrica de Motores corresponde a 44.000 homens em 2 anos. Êsse número representa 30% da totalidade de operários no Distrito Federal que de acôrdo com o censo industrial era em 1940 de 142.131. Se ao número de operários que afluiram para os empreendimentos citados adicionarmos os que acorreram para a indústria extrativa, vegetal e mineral, e os que ingressaram nas Forças Armadas podemos avaliar a extensão das dificuldades de braços para a produção normal.

Seria, portanto, neste momento, prova de profunda incompreensão econômica estimular o prosseguimento de uma expansão indiscriminada, em vez de conjugar os elementos de produção de que dispomos em favor do esfôrço de guerra, das indústrias básicas e da agricultura.

Dentro das dificuldades que estamos atravessando, seria criminoso, entretanto, não apontar com otimismo o que é digno de inspirar confiança. Em meio da tempestade a indicação honesta de um ancoradouro seguro é, antes, um incentivo ao enrijamento das fôrças do que um convite à despreocupação. Mostrando a existência dos saldos monetários, evidencia-se a possibilidade de recursos para a aquisição de cousas e serviços no futuro. Ao mesmo tempo, porém, que o Govêrno aponta para êsse marco de confiança êle há de exigir, com todo rigor, restrições amplas e generalizadas através de medidas rigorosas, diretas e indiretas, figurando entre as últimas a severa restrição do crédito, por meio de concentração das disponibilidades e vigilância na concessão dos empréstimos bancários.

Meus Senhores:

Para corresponder à magnificência desta homenagem e justificá-la aos olhos da opinião pública não bastaria, assim, considerar apenas a obra do Ministro da Fazenda que, pela palavra ilustre do vosso brilhante orador, tão generosa-

mente exaltastes. Precisamos observar a atividade do Govêrno no seu conjunto, de cuja harmonia decorre a situação que atravessamos e depois dessas considerações objetivas encontraremos o autor dessa harmonia construtora da nossa grandeza, do nosso bem-estar, o homem ilustre em nome de quem eu recebo a vossa homenagem.

A ação do Govêrno tem-se feito sentir em tôda a administração dos negócios públicos de modo a se impor à confiança do País, e não poderia deixar de entusiasmar as classes produtoras, indo até a cúpula da organização, constituída pelos banqueiros.

Um dos motivos de maior propaganda do Govêrno da Itália para exaltar a administração de seus negócios públicos foi a execução do programa de realizações úteis e profícuas à economia e à saúde do país, o qual consistiu na grande obra de saneamento do Agro Pontino, nas imediações de Roma. Começaram as obras em 1923 e ao cabo de dez anos achavam-se recuperados 750 quilômetros quadrados de superfície, onde foram abrigados 40.000 colonos, na maioria antigos combatentes da guerra de 1914.

Compare-se essa obra, considerada magnífica, que só por sí se entendia justificadora de um regime, com a que se reàliza na Baixada Fluminense, em proporção vinte e cinco vêzes maior.

A essa área de 750 quilômetros quadrados da Península Italiana corresponde, entre nós, a de 18.000 quilômetros quadrados na Baixada Fluminense, abrigando uma população que atinge a um milhão de habitantes. Esta concentração demográfica é tanto mais considerável se verificarmos que ela corresponde a um índice de 56 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto a média geral do Brasil não excede de seis habitantes por quilômetro quadrado.

Tôda essa imensidade de terras baixas, compreendida entre a raiz da Serra do Mar e o Oceano e que o terrível flagelo de epidemias violentas golpeára em sua marcha progressiva, concluindo a malária, que se tornou endêmica, por esmagá-la, está hoje recortada de canais, como enormes retas a marcar as linhas de um dos mais arrojados empreendimentos e uma das mais úteis obras de engenharia sanitária.

Alí se construiram 324 pontes, com o comprimento total de 4.219 metros. A extensão de rios desobstruídos atinge a 6.358.988 metros, ou seja extensão igual a uma reta que partindo de Natal atravessasse o Oceano e o Continente Africano até a cidade de Tunis, no Mediterrâneo. O movimento de terras determinado pela construção dos diques e abertura de valetas corresponde a 36.571.084 metros cúbicos.

O índice da malária baixou de 70%.

Tôda essa obra da qual vos acabo de dar os números é obra realizada e paga até 31 de dezembro de 1943.

Em metade da Baixada, ou seja numa área de 8.500 quilômetros quadrados, as obras já estão concluídas. A importância em dinheiro aplicada nesses investimentos eleva-se a cêrca de 200 milhões de cruzeiros (Cr$ 198.751.648,00).

No que tange a obras realizadas em nossa rêde ferroviária, apesar de tôdas as dificuldades do momento que atravessamos, sòmente na Central do Brasil foram invertidos, depois do comêço da guerra, isto é, no último triênio, em obras novas, mais de meio bilhão de cruzeiros, ou sejam, em números exatos: Cr$ 532.668.682,50.

A eletrificação da Central, que sòmente foi iniciada após 1930, já mantém, em tráfego, 67 quilômetros, o que permitiu elevar o transporte de passageiros de 50.000.000 para 120.000.000 anuais.

Na remodelação das linhas da Central, estão em construção cêrca de 500 quilômetros de variantes e o movimento de terras já chegou a 16.000.000 de metros cúbicos. Para que se compreenda perfeitamente êste número, no que êle exprime como trabalho e como esfôrço de nossa engenharia, basta referir que uma das obras mais citadas, anteriormente, foi o desmonte do Morro do Castelo, que provocou um movimento de terras de mais ou menos 5.000.000 de metros cúbicos, ou seja um têrço daquilo que, silenciosamente, sem propaganda de qualquer espécie, se realizou na Central do Brasil, com o propósito de facilitar e melhorar as condições de tráfego, para permitir que o material usado satisfaça às necessidades do transporte numa fase em que é pràticamente impossível a aquisição de novo material.

O terrível flagelo da sêca do Nordeste era outro aspecto melancólico da nossa geografia,

com os quadros dantescos dos flagelados, abandonando a terra que se tornara ingrata, escorraçados pela calamidade.

Em 1943, já atingia a 123 o número de açudes públicos construídos, com uma capacidade global de acumulação de água igual a dois mil, seiscentos e um milhões de metros cúbicos. Dessas obras, três quartas partes foram iniciadas e terminadas no período de 1931 a 1943.

O trabalho de irrigação da área do Nordeste é outro aspecto de proporções impressionantes. Alí se construiram 296 quilômetros de canais, 48 quilômetros de canais de drenagem, 1.729 obras de arte e a área cultivada subiu de 200 hectares a 4.000 hectares e a dominada de 1.000 hectares a 10.000 hectares.

Em matéria de rodovias, no Nordeste, até o fim de 1930, sem subordinação a um plano de conjunto, a Inspetoria de Obras contra as Sêcas construira 2.400 quilômetros de estradas, grande parte em condições técnicas precárias e com obras de arte especiais de madeira.

A partir de 1931, definidas as linhas mestras do plano rodoviário no regulamento dêsse ano,

até 1943, foram construídos e entregues ao tráfego, dentro de condições técnicas em que os mínimos exigidos quanto a raios de curva e de rampa só excepcionalmente são atingidos, 3.875 quilômetros de estradas novas e 740 quilômetros reconstruídos, realizando-se 1.287 obras de arte especiais de concreto armado na extensão total de 11.519 metros e 4.732 obras correntes.

Foram conservados, manual e mecanicamente, 4.200 quilômetros.

Estão incluídos na extensão citada, inteiramente concluídos, 604 quilômetros da rodovia Fortaleza-Terezina; 315 quilômetros do ramal de Mossoró; 587 quilômetros da Central de Pernambuco que, partindo de Recife, já atingiu Leopoldina rumo ao Sertão do Piauí; 526 quilômetros da Central de Paraíba, ligando João Pessoa a Cajazeiras; 207 quilômetros do ramal de Carirí, ligação das Centrais de Paraíba e Pernambuco; e, por último, 1.194 quilômetros da Rodovia Transnordestina para cuja conclusão definitiva ficam faltando apenas 86 quilômetros.

Para o aproveitamento dos lençóis subterrâneos e abastecimento das propriedades agrí-

colas e industriais foram perfurados no Nordeste, no período de 1931 a 1943, 1.520 poços, com a profundidade total de 74.612 metros e a vasão horária de 4.612.997 litros. Até 1930 tinham sido perfurados apenas 467 poços.

Nesse conjunto de obras que constituem as Obras contra as Sêcas no Nordeste, aplicamos, a partir de 1930, Cr$ 874.270.822,50.

Na mesma Baixada Fluminense a que há pouco tive oportunidade de aludir, no quilômetro 37 da Estrada Rio-Petrópolis, outra obra de grandes proporções se levanta. É uma cidade industrial moderníssima. Em terrenos que eram pântanos, onde a malária imperava até bem pouco, já se secaram os pantanais, já desapareceu a malária, novas estradas foram abertas, rasgaram-se rios e valas e edifícios se erguem constituindo uma fábrica das mais modernos do mundo, na opinião dos próprios técnicos norte-americanos — a Fábrica Nacional de Motores.

Essa cidade industrial que se projetou, com grandes blocos de apartamentos para operários, em tôrno de vastas áreas arborizadas, livres do tráfego de viaturas, com escolas e "créches" para

crianças, é uma das realizações urbanísticas brasileiras mais notáveis. Os 50.000.000 de metros quadrados de terras que o Govêrno desapropriou para a Fábrica estão se transformando num celeiro, para o benefício daqueles que lhe dão os melhores dos seus esforços.

Começadas as obras realmente em agôsto de 1942, já estão terminados o pavilhão do tratamento térmico, com mais de 1.000 metros quadrados de área coberta; o pavilhão principal das oficinas de máquinas, com mais de 20.000 metros quadrados de área coberta, sem uma só janela, inteiramente **black-out** e ar condicionado. Já estão prontos todos os pavilhões para o contrôle de pessoal e para o serviço médico. O pavilhão da fundição de alumínio, com mais de 5.000 metros quadrados de área coberta, único no gênero em tôda a América do Sul, já está pràticamente pronto, nele se instalando valioso material já chegado dos Estados Unidos.

As sub-estações transformadoras já se acham em pleno funcionamento.

Como conseqüência dessa indústria de motores outras indústrias subsidiárias surgirão e

entre elas a de máquinas agrícolas, permitindo multiplicar a produção brasileira, mecanizando a sua agricultura.

A rêde de estradas de rodagem em tráfego em 1937, conservada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, tinha a extensão de 659 quilômetros.

No período de 1938 a 1943 foram construídos por êsse Departamento 1.009 quilômetros de estradas de rodagem, elevando-se assim a 1.668 quilômetros a extensão de estradas a seu cargo para conservação e melhoramentos. Obras de arte foram levantadas, demonstrando a capacidade de nossos engenheiros. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem nesse período de cinco anos (1938-1943) absorveu em créditos orçamentários Cr$ 403.611.035,00. Desejaria prosseguir falando-vos ainda da Companhia Siderúrgica Nacional, que em Volta Redonda tem a seu cargo a indústria básica da siderurgia, onde invertemos Cr$ 177.029.708,10, incluídas nesse valor as ações ordinárias de que a União Federal é proprietária no total de .... Cr$ 163.622.800,00, e já se torna necessário o aumento de capital de Cr$ 500.000.000,00 para

Cr$ 1.000.000.000,00; da Companhia Vale do Rio Doce S.A., em cujo capital de Cr$ 200.000.000,00 a União participa com Cr$ 120.000.000,00 e que igualmente se vai aumentar para Cr$ .... 300.000.000,00, investimento destinado à exploração das ricas minas de minério de ferro que pelo Acôrdo feliz de 3 de março de 1942 ficou reincorporada ao patrimônio nacional; do Banco de Crédito da Borracha S.A., em que o Tesouro participa com Cr$ 89.834.000,00 no capital de Cr$ 150.000.000,00 e que constituído pelo Decreto-lei n. 4.451, de 9 de julho de 1942, vem auxiliando o desenvolvimento do Vale do Amazonas; das obras de saneamento que alí se realizam; das obras contra as inundações e de saneamento hidráulico nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Alagôas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte; do trabalho contra inundações do Paraibuna e construção de pontes em Juiz de Fora; do atêrro dos alagados em Recife onde se localizam os mocambos e se eleva já a mais de meio milhão de metros cúbicos (600.000) o volume de terras depositadas, abrem-se canais e galerias

de águas pluviais; das extensões de nossas linhas férreas e respectivas obras de arte; da construção de portos e dos melhoramentos nos existentes.

Não cabe, entretanto, nos limites de um discurso enumerar, uma por uma, tôdas as obras que, em tôdas as regiões, afirmam aos brasileiros a operosidade e a preocupação do Govêrno em realizar o seu progresso e o seu desenvolvimento.

Nas realizações que dizem com a defesa nacional, por motivos óbvios, não descerei a especificações de quantidades, mas os índices da época de renascença aí estão aos olhos de todos.

O espetáculo do batimento de quilhas e lançamentos de navios de guerra que, entre nós, já pertencia à história, reproduz-se hoje em dia e são êsses navios, que os nossos engenheiros projetam e os nossos operários controem, que estão confiados aos nossos marujos, empregados na defesa das terras do Brasil.

Os campos de pouso, os hangares, as bases aéreas multiplicam-se em todos os sentidos, assegurando abrigo aos aviões do Brasil, que temos

adquirido incessantemente à medida que cresce o número de pilotos.

Na tarde, cheia de sol e de evocações heróicas, de 24 de maio, a Divisão Expedicionária desfilou ante os nossos olhos e todos pudemos ver que o Exército, a par do heroismo que em tôdos os tempos o caracterizou, dispõe agora dos recursos materiais indispensáveis, modernos e eficientes, para combater e para vencer.

Tôdas essas aquisições de material e aplicações de recursos representam uma despesa que vem sendo custeada com os nossos próprios recursos, através de uma política financeiro-econômica sadia sôbre a qual constantemente o Govêrno tem dado contas à Nação.

Ainda há poucos dias apresentamos ao Tribunal de Contas, para o competente exame na forma constitucional, as contas relativas ao exercício de 1943 e delas vos darei uma síntese que servirá para demonstrar a continuidade da política que vimos defendendo e executando, malgrado as vicissitudes criadas pela guerra.

O balanço financeiro revela que a receita efetivamente arrecadada no exercício de 1943

elevou-se a Cr$ 5.442.646.045,80, ou sejam Cr$ 664.973.045,80 a mais do que fôra previsto por ocasião da elaboração do orçamento.

A despesa orçamentária efetivamente realizada atingiu a Cr$ 5.335.572.088,60, ou sejam menos Cr$ 360.239.110,10 que a despesa autorizada (orçamento e suplementações).

Dêsse modo, em vez do **deficit** que se previra como segue:

Receita estimada		4.777.673.000.00
Despesa fixada:		
Orçamento (Com as retificações)	5.243.662.755,00	
Créditos suplementares	452.148.443,70	5.695.811.198,70
na importância de Cr$		918.138.198,70

verificou-se um **superavit** orçamentário de ... Cr$ 107.073.957,20.

Durante o exercício houve autorizações extra-orçamentárias no valor de .... Cr$ 1.045.161.970,70, abrangendo os créditos especiais abertos no curso do ano financeiro na

cifra de Cr$ 527.795.655,20 e os transferidos do exercício de 1942 no total de Cr$ 517.366.315,50. As despesas realizadas por conta dêsses créditos elevaram-se a Cr$ 608.191.332,40. Estas despesas, acrescidas à de Cr$ 245.659,50, relativa a "Despesas de exercícios anteriores", devidamente registradas pelo Tribunal de Contas, determinaram o **deficit** total do exercício de Cr$ 501.363.034,70, como se evidencia:

Despesa realizada à conta de autorizações extra-orçamentárias	608.191.332,40
Mais: — Despesa de exercícios anteriores	245.659,50
	608.436.991,90
Menos: — "Superavit" orçamentário	107.073.957,20
"Deficit" total do exercício	501.363.034,70

Além do orçamento geral da República, existe o do "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional", na sua última etapa de execução. A receita efetivamente

arrecadada elevou-se a Cr$ 568.326.280,50 e a despesa se realizou em quantia igual — Cr$ 568.326.280,50, fechando-se assim essas contas em perfeito equilíbrio.

Quanto ao financiamento da guerra, êle se está fazendo com os recursos especialmente arrecadados através do Empréstimo de Obrigações de Guerra de que trata o Decreto-lei número 4.789, de 5 de outubro de 1942, e cujo limite de emissão acaba de ser elevado pelo Decreto-lei n. 6.516, de 22 de maio do corrente ano, de três para seis bilhões de cruzeiros.

Como tenho tido oportunidade de esclarecer em várias ocasiões e como é de evidente e fácil compreensão, as despesas que a guerra impõe revestem-se de um caráter urgente no seu atendimento. Aquêle empréstimo de Obrigações de Guerra está sendo, e continuará a sê-lo até a cobertura total, subscrito compulsòriamente pelo público na proporção da importância que cada pessoa paga de Impôsto de Renda.

Para antecipar essa receita o Tesouro tem sido autorizado a emitir letras de prazo curto, que podem ser subscritas pelos estabelecimentos

bancários nos têrmos do Decreto-lei n. 4.792, de 5 de outubro de 1942.

Até esta data já emitimos em Letras do Tesouro a quantia de Cr$ 3.000.000.000,00, tendo sido resgatados nas épocas dos respectivos vencimentos Cr$ 1.361.000.000,00 e havendo, portanto, um saldo em circulação de Cr$ 1.639.000.000,00.

Quanto ao empréstimo de Obrigações de Guerra, a receita produzida até 31 de dezembro de 1943 eleva-se a Cr$ 1.525.865.282,90. Êste ano corrente nova soma virá acrescer a essa e assim num período que se pode estimar na base da arrecadação do Impôsto de Renda, de dois a três anos, estará coberto todo o empréstimo e conseqüentemente resgatadas integralmente tôdas as letras que o Tesouro tem emitido ou venha a emitir por antecipação dessa receita.

Quanto à despesa já efetivamente realizada no orçamento de guerra, ela elevou-se até 31 de dezembro de 1943 a Cr$ 2.367.762.970,80.

Os créditos autorizados até hoje no seu total dentro dos planos delineados pelos Ministérios

respectivos e por conta dos quais já foi efetuada aquela despesa, elevam-se a

Cr$ 4.615.924.673,40,

assim distribuídos:

Guerra	2.183.160.761,00
Marinha	692.171.173,00
Aeronáutica	450.268.000,00
Fazenda (inclusive as cotas já vencidas e destinadas a atender aos compromissos resultantes do Acôrdo da Lei de Empréstimos e Arrendamentos)	739.134.652,30
Relações Exteriores	6.788.789,20
Viação	544.401.297,90
	4.615.924.673,40

Como vêdes, na límpida clareza que os números das contas prestadas revelam, os resultados da administração financeira foram lisongeiros.

O **deficit** do exercício acima apontado na importância de Cr$ 501.363.034,70, no qual se

incluem as despesas realizadas à conta de créditos extra-orçamentários, ficou muito aquém do próprio **deficit** orçamentário previsto.

Não obstante tal situação favorável, cumpre lembrar que a existência dêsse **deficit** e a circunstância de estarem sendo as despesas decorrentes da guerra atendidas através de uma operação de crédito interno, cujo serviço vai onerar os orçamentos futuros, evidenciam a razão forte que temos em insistir na necessidade de comprimir as despesas públicas e aumentar a receita como a única política que nos permitirá defender a posição econômica.

Eis aí, numa síntese rápida, o testemunho da capacidade de realizações do Govêrno que orienta os destinos da Pátria em meio de um mundo convulso, para conduzir a soluções justas os problemas nacionais, honrando os compromissos decorrentes da vitória do movimento reivindicador que sacudiu o País em todos os seus quadrantes, com ímpeto sem precedentes na história do regime republicano.

Não bastaria, entretanto, êsse indiscutível acervo de grandes serviços à comunidade se

houvesse faltado uma visão de conjunto, os influxos de uma atuação equilibrada, senso da medida e da oportunidade. Sem êsses requisitos essenciais, os atos humanos, na órbita da ação individual e na esfera da atividade pública deixariam de produzir os resultados correspondentes aos objetivos gerais que os inspiraram.

Constitui o nosso passado nacional um patrimônio que se estrutura em fatos imperecíveis. Não nutrimos o intuito de estabelecer confrontos com as nossas conquistas pretéritas. Deve, porém, ser dito que à tarefa gigantesca que se está realizando não faltaram aquêles requisitos e que um traço fundamental singulariza, sem contestação, a personalidade do Presidente Vargas.

Marcam-na as suas raras virtudes de equilíbrio, sob a égide das quais o Govêrno administra sem precipitações, visando resguardar o bem público sob todos os matizes.

Esta preocupação está erigida em imperativo da atividade governamental desde 1930.

Embora nascido de um movimento de fôrça, muito mais avassalante pelo idealismo do que pelo ímpeto das armas, teria sido aleatória a

obra do Govêrno sem a visão de equilíbrio do seu Chefe, em face das tendências diversas que agitaram a vida nacional.

Foi a sua figura moderadora que operou, por uma espécie de ação catalítica, os desníveis que as paixões jamais deixaram de suscitar num e noutro sentido; dizendo melhor, em sentidos múltiplos.

Duas grandes conseqüências poderiam ter derivado do desalinhamento das opiniões que influiram na vida do Brasil no grande momento em que, procurando encerrar os erros do passado, tentava encontrar a rota definitiva do seu futuro. A primeira conseqüência, na ordem de classificação e de magnitude, consistiria na impossibilidade da formação de um ambiente de tolerância, de justiça e de boa vontade, sem o qual nenhum estadista pode realizar obra duradoura. A segunda conseqüência, implicitamente deriva da primeira. Sem ação equilibradora teria o espírito nacional seguido rumo tumultuário no decurso da fase iniciada pela vitória da Revolução de 1930. Ainda aí foi de efeitos profundos o exemplo de moderação do brasileiro, centra-

lizando na sua personalidade ímpar tôdas as esperanças da Pátria naquele instante supremo.

De um lado, a sua imanente vocação para a bondade, para a justiça, para a magnanimidade, permitiu-lhe, com a fôrça moral da sua conduta e com as sugestões dos seus ensinamentos, fazer que o País obedecesse a diretrizes prudentes e construtivas. De outro lado, por fôrça dessa conduta, as paixões individuais se foram amainando. Cada um começou a compreender que não se constrói a grandeza de um povo trabalhando sôbre ódios, agindo num ambiente desprovido dos superiores propósitos de unidade nacional.

É difícil dizer até onde êsses dois aspectos definidores da atividade governamental, neste período, foram exercendo vantajosas influências recíprocas.

Assim, a prosperidade material que o Govêrno, por todos os meios, tem procurado estimular desde os seus primeiros atos, foi criando um ambiente de otimismo. Por seu turno, o estado de espírito da comunidade, sob os influxos da generosa ação do Poder Público, propiciou o

ambiente dentro do qual se tornou fácil ao Govêrno imprimir ritmo de maior celeridade à execução dos seus planos e empreendimentos.

É cedo para falar em depoimento da história a semelhante respeito. Não nos parece prematuro, porém, acumular testemunhos, reunir subsídios no curso da própria existência que estamos levando, testemunhos e subsídios que concretizarão amanhã os elementos primários de que os historiadores se hão de utilizar para fixar o sentido característico da fase que o Brasil atravessa.

O segrêdo do êxito da tarefa de governar consiste na formação da capacidade do homem de Estado para agir de maneira que assegure a harmonia dos interêsses secionais que formam, no seu conjunto, os grandes interêsses da comunidade.

A ação do Govêrno precisa permanecer equidistante de todos os extremos, no domínio político, social e econômico.

No primeiro dêles, para assegurar a unidade do País, indiferente às tentativas de hegemonia regional, conseqüentes às diferenciações da

área territorial e dos recursos produtivos de cada unidade federativa. No segundo caso, mediante ação conciliadora no campo em que se travam as lutas de classe, para fazer sentir ao capital e ao trabalho o equivalente aprêço que o Govêrno dispensa a cada uma dessas fôrças, uma vez contidas nos seus limites próprios. No terceiro caso, através das iniciativas de fomento, visando a utilização das riquezas potenciais que se disseminam em tôdas as zonas e pela sua diversidade formam o complexo da geografia econômica.

Os intervencionismos praticados devem ajustar-se às condições de cada região, não ir além do que se faça absolutamente necessário para operar a confluência dos interêsses opostos, em benefício da grandeza comum.

Embora atenta à observância de princípios políticos e econômicos fundamentais, a obra do Govêrno há de condicionar-se a sugestões das circunstâncias, guardando a linha do meio têrmo que é a que resulta do respeito a êsses princípios, sem o menoscabo das sugestões provindas do contacto com a realidade.

O corolário de tôda a ação equilibradora que inspira as atividades governamentais no Brasil, depois de 1930, é a solução assegurada ao problema social, de aspectos pungentes em tantos países e em tantas épocas da história do mundo.

Por isso pôde o Chefe do Govêrno afirmar mais uma vez, conforme o fêz no discurso de São Paulo, que a evolução das relações do trabalho e do capital se processa livre dos obstáculos que tanto a têm perturbado alhures. O Estado se fêz o centro de convergência das duas grandes fôrças fundamentais que se defrontam pelo mundo afora como adversários irreconciliáveis.

O segrêdo dessa diretriz deriva mais da compreensibilidade do coração humano do que do vigor da inteligência do homem.

Não faltaram nunca pensadores e estadistas para excogitar a fundo as causas do dissídio social, multissecularmente provocado pela animadversão das fôrças do capital em face das energias do trabalho. Faltou, no entanto, uma concepção equitativa do problema, uma concepção

segundo a qual tudo consistiria não em procurar subverter as bases dessa luta inglória, para conduzir ao sopé da montanha os que se encontravam no alto, operando-se assim apenas uma espécie de inversão de posições.

Não! O encontro teria de processar-se ao meio do caminho, marchando em tal direção as duas fôrças opostas mediante transigências que representam uma renúncia necessária aos pontos de vista profissionais, sem qualquer ligação com os legítimos interêsses das classes, nem com o bem-estar da comunidade.

O pensamento do Presidente Vargas tem sido reiteradamente fixado tôdas as vêzes em que se dirige à Nação. Segundo êsse pensamento, sem garantias elementares de estabilidade e segurança econômicas não pode o indivíduo tornar-se útil à coletividade e compartilhar dos benefícios da civilização. É seu o conceito de que as leis expressam direitos e o direito moderno, sob o impulso de fenômenos sociais irresistíveis, tem sofrido modificações radicais, devido às contingências oriundas do entre-choque econômico dos povos.

Justo, portanto, é que a função de governar se enquadre nos imperativos da época.

Cabe ao Estado revestir-se da fôrça e do poder capazes de dominar os imprevistos do novo período de reajustamento e de transformações humanas a processar-se, após o fim desta guerra, muito mais inelutàvelmente do que fôra previsto antes de estender-se pelo Universo a tragédia da segunda conflagração mundial.

Domina sempre no pensamento do Presidente a idéia da revisão do quadro dos valores sociais, a fim de que, modificada a sua estrutura íntima, se torne possível o equilíbrio econômico, cuja ruptura constitui sempre um perigo para a civilização.

A idéia de equilíbrio envolve o propósito de conciliar tôdas as classes numa colaboração efetiva e inteligente.

Já em 1931, apenas saído da memorável campanha Liberal e decorrido um semestre após o triunfo da Revolução, declarára o Presidente que o propósito de cooperação das classes só poderia ser alcançado quando se pudessem reunir num só e mesmo corpo deliberante, plutocratas e pro-

letários, patrões e sindicalistas, enfim todos os representantes de corporações de classes, integrados no organismo político do Estado. (4)

Lancemos a vista sôbre o panorama do mundo. Por mais insuspeitos que sejamos para opinar sôbre as nossas próprias cousas, vejamos se alhures é possível surpreender soluções generosas e fecundas, como as que o Brasil está proporcionando aos problemas que formam a substância da política social.

Publicistas que se têm ocupado com o exame da atualidade brasileira são concordes na declaração de que o nosso País constitui, de fato, um exemplar singular no mundo. Estamos adotando processos objetivos para solver o velho impasse da expansão da capacidade produtiva dos brasileiros.

Ao grande problema da distribuição das riquezas produzidas asseguramos fórmulas solucionadoras que derivam da prática de princípios da verdadeira justiça social.

É de John Stuart Mill o conceito de que as leis e condições da produção da riqueza têm o

---

(4) — Getúlio Vargas — A Nova Política do Brasil, Vol. I, página 118.

caráter de verdades físicas. Nelas nada há de discricionário ou de arbitrário. Entretanto, já o mesmo não se pode dizer a respeito da distribuição da riqueza, pois se trata de assunto exclusivo das instituições humanas. Uma vez que existam as cousas, a humanidade, individual ou coletivamente considerada, com elas pode fazer o que lhe aprouver. (5)

A distribuição da riqueza depende das leis e dos costumes da sociedade. Afirmando a sua tendência de reformador social, confiara Mill nos efeitos da restrição dos direitos de sucessão, nos benefícios do esforço coletivo, nos influxos equilibradores da pequena propriedade, na tarefa da educação, na prática de medidas similares, capazes de eliminar os males do capitalismo sem o sacrifício de suas bases.

Não se podem contestar as grandes influências do capital em benefício da civilização, mas impõe-se a conciliação das correntes extremas e nela reside o êxito pragmático da ação dos governos no domínio árduo dos problemas sociais.

---

(5) — J. S. Mill, Principles, apud Eric Roll, Historia de las Doctrinas Economicas, págs. 409 e 411.

No Brasil, as leis promovidas por iniciativa do Estado, com o fim de amparar as classes trabalhadoras, devem constituir motivo de orgulho para todos nós, visto como a evolução se processou sem abalos nem inquietações. Por sua vez, as classes beneficiadas têm sabido corresponder ao amparo que lhes dispensa o Poder Público, repelindo as infiltrações demagógicas, com que pregoeiros de teorias exóticas procuram atraí-las mediante falazes insinuações de uma felicidade absoluta.

A ação do Presidente Vargas determinou um ambiente dentro do qual os direitos individuais não predominam sôbre os da coletividade.

Não reconhece o Brasil as lutas das classes porque trata de atingir um objetivo de harmonia social com as leis que beneficiam as massas operárias e os atos administrativos que estimulam as iniciativas de que têm dado provas sobejas as classes conservadoras.

A finalidade das leis sociais consiste, acima de tudo, em assegurar ao homem um padrão de vida compatível com a dignidade humana, de modo que se concilie êsse padrão com as con-

quistas sociais e políticas da modernidade. Êsse é o pensamento do Presidente. A sua obra comprova a eficácia dêsse pensamento.

É mister que a paz social seja a preocupação dominante dos estadistas no mundo moderno. Só com a luz dêsse pensamento é possível tornar claro o futuro. O problema crucial reside na distribuição da riqueza entre os que a desenvolvem pelo poder da iniciativa e pelo concurso dos capitais e os que a operam mediante o concurso do esforço próprio através das múltiplas manifestações das atividades profissionais.

O padrão de riqueza que estamos criando se projetará com muito mais vigor ainda nas realizações do futuro. Estamos empreendendo a reforma do homem brasileiro, pela formação profissional, pela educação higiênica, pela instrução, de sorte que deixemos de constituir apenas um conglomerado demográfico para representar, de fato, uma população cujo sentido qualitativo encontre êxito equivalente na sua expressão numérica.

O mesmo princípio é corajosamente afirmado pelo Presidente Roosevelt quando inclui

entre as liberdades humanas essenciais a liberdade contra a miséria, que se pode exprimir num entendimento econômico que assegura a cada Nação uma vida pacífica e sadia para os seus habitantes em tôda a face da terra.

Essa é a finalidade suprema visada pela execução do programa de educação popular, de assistência social, para cujo financiamento o emprêgo dos dinheiros públicos corresponde a uma fecunda inversão de capitais.

Nada mais premente no Brasil do que o problema social da defesa do homem brasileiro, da proteção da família, da construção do lar do trabalhador, para que nesse lar se reflita, guardadas as devidas proporções, a grandeza do País, resumindo-se nela a expressão do bem-estar que o Brasil proporciona a todos quantos, munidos de boa vontade, procuram colaborar para o engrandecimento de uma terra providencialmente bem fadada, retribuindo com o trabalho a dádiva de uma hospitalidade generosa ou correspondendo à sorte de haver nascido sôbre um solo na superfície do qual todos encon-

tram meios de viver com dignidade e de aspirar a um futuro cada vez melhor.

Não é vã a afirmativa de que está encerrada a época do domínio do individualismo. Hoje, tudo obedece à preocupação dominante do interêsse coletivo. É claro que essa preocupação não deve envolver qualquer intuito de hostilidade ao capital, cuja função assegurada pelo Poder Público constitui um meio indispensável para que, conjugadamente com as leis protetoras do trabalho, seja possível converter em realidade o imenso anelo da grandeza de um país, como síntese de prosperidade material e de aperfeiçoamento humano.

A obra realizada, de equilíbrio e de harmonia dos interêsses, situa o Brasil em plano de relêvo incontestável. Possa ela constituir uma sugestão ao mundo para que encerre o longo período de lutas de classes e abra uma éra verdadeiramente alviçareira de paz e de bem-estar.

Se o sentido econômico da legislação social, no Brasil, consiste em fazer do trabalhador um elemento produtivo revestido de maior eficiência, o seu grande alcance nacional reside em que

procura destruir a idéia pejorativa da inferioridade qualitativa do homem brasileiro, então a vegetar numa enorme extensão de terra a que já se deu a desconsoladora denominação de "vasto hospital".

Estamos preparando a Nação para encarar com serenidade e confiança os acontecimentos que se elaboram nas misteriosas retortas do futuro.

Fêz-lhe referência recente o Presidente Vargas ao frisar que se os encargos do presente são importantes, muito mais hão de sê-lo as responsabilidades que pesam sôbre o homem de Estado e sôbre o indivíduo em geral, no porvir que se aproxima, com a acentuação cada vez mais auspiciosa da vitória dos povos que lutam desesperadamente em prol do restabelecimento dos padrões de moralidade e decência que pareciam destinados a ser banidos da face da terra, sobretudo na esfera das relações internacionais.

Eis a razão por que lembra que depois de alcançada a vitória, após dominados os inimigos externos, devemos conjugar esforços no intuito de vencer inimigos de outra ordem, não menos

perigosos, ou sejam, em seu textual conceito, as discórdias e a incompreensão, o egoismo de classes, a intransigência dos interêsses privados.

Temos motivos para encarar o futuro com otimismo. A nossa política social concretiza-se em realizações que desafiam os críticos pessimistas e respondem às restrições dos espíritos que sempre examinam os fatos com a parcialidade de pontos de vista, que adotam menos por convicção do que pelo interêsse de contrariar.

A política econômica está aí objetivada num lastro de realizações que apenas sintèticamente fixei, referindo-me a alguns dos empreendimentos de maior envergadura.

A política, pròpriamente dita, persevera no seu afã de tornar cada vez mais sólidos os fundamentos da unidade da Pátria, para que o Brasil, usufruindo um ambiente de paz social, apresentando um padrão de riquezas aproveitadas e bem distribuídas, fortalecidas na homogeneidade das suas aspirações internas, possa enfrentar com decisão e confiança os acontecimentos que a guerra está forjando.

A obra que a nossa geração está realizando, o Brasil que estamos construindo, forte pelas suas idéias, pela sua economia, pelas suas armas, resulta da cristalização em realidade dos ideais que nos empolgam. Ela participa da consistência dos rochedos eternos. Podem bater contra ela as ondas do derrotismo ou do despeito numa ânsia sinistra de tudo destruir, que hão de refluir sôbre sí mesmas, confundindo-se na própria impotência, nas águas profundas das paixões inferiores da humanidade.

Meus Senhores:

Temos ainda diante de nossos olhos a cena que vivemos quando o Chanceler do Brasil, em Assembléia memorável de tôdas as Nações da América, anunciou solenemente a resolução do Govêrno em face dos acontecimentos, declarando que naquele momento estavam sendo entregues os passaportes dos diplomatas da Alemanha, da Itália e do Japão.

A voz do nosso Chanceler traía a emoção de quem avaliava com exatidão a gravidade da

época que o mundo atravessava e do momento que estávamos vivendo.

Tôda uma tradição de culto do direito, de respeito aos tratados, de fé na palavra empenhada entre as Nações soberanas, vibrava de indignação, ofendida pela brutalidade e pela fôrça.

Desde êsse instante cada brasileiro sentiu-se parte do drama e tudo o que somos e o que possuimos ficou a serviço da Pátria.

Os sinais precursores da Vitória já começam agora a aparecer e sentimos que se aproxima a hora em que a civilização ressurgirá em seu pleno fastígio na luta apocalítica ora sustentada para sobreviver, expandir-se e aperfeiçoar-se.

Nas terras de França já entraram e avançam os heróicos soldados das fôrças aliadas entre os quais já estão os nossos aviadores e estarão dentro em breve os soldados do Brasil.

A noite densa que caiu sôbre os povos está próxima do fim. Aquêles sinais da Vitória surgirão cada vez mais nítidos à medida que avançam os nossos pavilhões de estrelas. Desfraldados sob os céus da Europa refulgem como

estrelas d'alva anunciando para cada povo escravizado uma Aurora de Liberdade.

Elevemos a Deus os nossos corações para que abrevie êsse momento, para que a vitória das armas aliadas seja definitiva, para que, cessado o fragor da luta nos campos de batalha, recomecem as atividades construtivas, retificadoras e reformadoras, que constituirão a ação dos estadistas na grande éra da Paz e na qual havemos de influir com o forte sentido de fraternidade humana que é parte integrante do nosso temperamento e que tão bem se resume no conceito feliz de que "a violência gera a violência e só o amor constrói para a Eternidade".